



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1666368 - RS (2020/0042313-9)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

AGRAVANTE : ROBERTO RAIMUNDO DEXHEIMER

AGRAVANTE : SANDRO FERNANDES PESSOA

ADVOGADOS : MARCELO BAGGIO - RS056541

AQUILES E SILVA MACIEL - RS109422

AGRAVADO : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA

ADVOGADOS : GABRIEL LOPES MOREIRA - RS057313

**GIORDANO BOEMLER PARISOTTO E OUTRO(S) -
RS105926**

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA.

1. Ação de cobrança.

2. O agravo interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna, especificamente, todos os fundamentos por ela utilizados, não deve ser conhecido.

3. Agravo em recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por ROBERTO RAIMUNDO DEXHEIMER e OUTRO contra decisão que negou seguimento a recurso especial com base nos seguintes fundamentos:

i) ausência de demonstração de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015;

ii) aplicação dos Temas 246 e 247 do STJ, tendo em vista o Recurso Repetitivo REsp 973.827/RS e incidência das Súmulas 5, 7 e 83, do STJ, no tocante à capitalização mensal de juros;

iii) aplicação dos Temas 24 e 27 do STJ, tendo em vista o Recurso Repetitivo REsp 1.061.530/RS e incidência das Súmulas 5, 7 e 83, do STJ, no tocante aos juros remuneratórios; e

iv) aplicação do Tema 52 do STJ, tendo em vista o Recurso Repetitivo REsp 1.058.114/RS e incidência da Súmula 83 e 472, do STJ, no tocante à comissão de permanência.

Constata-se, da análise da petição do presente recurso, que os agravantes não rebateram adequadamente, de forma clara e específica, os fundamentos decorrentes da incidência das Súmulas 5, 7 e 83, do STJ quanto à capitalização

mensal de juros, aos juros remuneratórios e à comissão de permanência.

Cumpre esclarecer que a mera irresignação circunscrita às alegações, em agravo em recurso especial, de que "os agravantes não interpuseram o Recurso Especial com base no permissivo da alínea 'c' do art. 105, inciso III da Constituição Federal, que dispõe sobre a possibilidade de interposição de Recurso Especial em caso de divergência jurisprudencial, mas tão somente em relação à alínea 'a', que dispõe sobre a negativa de vigência de dispositivo de Lei Federal" (fl. 413, e-STJ), não configuram impugnação específica do óbice aplicado na decisão agravada quanto à aplicação da Súmula 83/STJ.

Ressalta-se que a jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado nº 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas "a" e/ou "c" do permissivo constitucional. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1392452/SC, Terceira Turma, julgado em 08/04/2019, DJe de 10/04/2019.

Neste sentido, a impugnação da Súmula 83/STJ ocorre com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior.

Ademais, salienta-se que a mera irresignação circunscrita às alegações de que "não se incorre no óbice das Súmulas 05 e 07, deste Egrégio Superior Tribunal de Justiça, pois se pretende apreciação de fatos, mas sim quanto à aplicação das normas violadas pelo Tribunal a quo e a apreciação dos fundamentos sobre os quais a instância inferior não proferiu julgamento" (fl. 412, e-STJ) e "tem-se que a pretensão dos agravantes não esbarra nas Súmulas 5 e 7 do STJ, que impediriam a admissibilidade do Recurso Especial. Não se pretende reexame, tampouco reinterpretação de cláusula, mas, uma vez superada a violação dos artigos 1.022 e 489, §1º, inciso IV, pretende-se a aplicação do art. 51, do Código de Defesa do Consumidor, ao caso *sub judice*" (fl. 413, e-STJ), não configuram impugnação específica do óbice aplicado na decisão agravada quanto à aplicação das Súmulas 5 e 7/STJ.

Ressalta-se que na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ, deve o agravante não apenas mencionar que os referidos enunciados devem ser afastados, mas também demonstrar que a solução da controvérsia independe de reexame de fatos e provas e de reinterpretação de cláusulas contratuais, avaliadas pelas instâncias ordinárias na hipótese vertente, o que não foi feito.

Nesse contexto, verifica-se que o art. 34, XVIII, "a", do RISTJ exige a impugnação específica e consistente a todos os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial, motivo pelo qual referido ponto deveria ter sido melhor combatido.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte recorrida em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados em 3% (três por cento) do valor da condenação devidos pelos recorrentes.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora